



ATA DO XIII ENCONTRO DO COLÉGIO DE DIRIGENTES DAS ESCOLAS JUDICIÁRIAS ELEITORAIS – CODEJE - BELÉM – PARÁ.

Aos 6 dias do mês de junho de 2019, às 19h, no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral, na cidade de Belém, Estado do Pará, **teve início a solenidade de abertura do XIII CODEJE – COLÉGIO DE DIRIGENTES DAS ESCOLAS JUDICIÁRIAS ELEITORAIS**, presidida por seu Presidente DELMIRO DANTAS CAMPOS NETO (EJE/PE), compondo ainda a mesa de honra, o Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará – TRE/PA e Diretor da EJE/PA, o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO, o Desembargador CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN, Presidente do TRE/SP, Diretor da EJE/SP e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais - COPTREL, o Dr. PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO, Procurador Regional Eleitoral do Estado do Pará, o Dr. TELSON LUIS CAVALCANTE FERREIRA, Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Brasília e Presidente do Colégio Permanente dos Juristas Eleitorais - COPEJE, o Dr. FLÁVIO PANSIERI, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, a Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Pará e a Dra. JULIANA RODRIGUES FREITAS, Conselheira Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pará. O Presidente do TRE-PA fez a saudação inicial de boas vindas, concedendo a palavra ao Dr. Flávio Pansieri, o qual registrou a relevância dos trabalhos realizados pelas escolas; enalteceu a atuação do Ministro Tarcísio Vieira na Justiça Eleitoral e expôs as diretrizes da nova gestão da EJE-TSE. Dando início, o Presidente do CODEJE fez o discurso de abertura quando congratulou a todos, destacando os objetivos pretendidos na sua gestão, tais como: manutenção e valorização do recém-lançado portal do CODEJE, a criação de um banco de talentos da Justiça Eleitoral, a importância do papel das escolas nos grupos de trabalho dos Ministros do TSE, a luta contínua pela estruturação das Escolas Judiciárias Eleitorais e ainda abordou de forma sucinta parte da pauta a ser enfrentada no encontro, como a eleição do cargo de Secretário-Geral do CODEJE, em razão da vacância por término do biênio da Dra. Rozane Ignácio (EJE/RR). Logo após, o Dr. Cauduro Padin explanou sobre a competência criminal da Justiça Eleitoral. Em seguida, Dr. Telson Ferreira enalteceu a importância das escolas judiciárias eleitorais, o fortalecimento da democracia e da aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade, defendendo a estruturação mínima de todas as escolas judiciárias eleitorais. Por fim, as homenagens foram concedidas pelo CODEJE aos seguintes agraciados, pela ordem: o Ministro Tarcísio Vieira, a servidora da EJE-RR Matilde Fernandes, o servidor da EJE-ES Vinícius Oliveira, Dr. Aldary Nunes, representado pelo atual Diretor da EJE-ES Dr. Adriano Athayde e a Desembargadora Célia Pinheiro. A solenidade foi encerrada com momento cultural no prédio anexo do TRE-PA. O Presidente do CODEJE registrou o agradecimento aos esforços do TRE/PA em apresentar excelentes condições para o bem desempenhar papel do XIII CODEJE.

.....REUNIÃO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS JUDICIÁRIAS ELEITORAIS.....

Aos 7 dias de junho de 2019, às 8:30, no Auditório Ivan Mello do Tribunal Regional Eleitoral, na cidade de Belém - PA, **foi iniciada a reunião do XIII CODEJE**, presidida pelo Presidente do CODEJE, Dr. DELMIRO DANTAS CAMPOS NETO, presentes os membros a seguir: Desembargador ROBERTO

GONÇALVES DE MOURA, Presidente do TRE-PA, Dr. ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO, Diretor da EJE-AM, Desembargador CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN, Presidente do TRE-SP, Dr. RENE SAMPAR, Assessor-Chefe da EJE-TSE, representando neste ato o Diretor da EJE-TSE, Dr. FLÁVIO PANSIERI. Presentes os demais representantes das seguintes Escolas Judiciárias Eleitorais: DEBORAH KAREN CAVALCANTE COSTA da EJE-AC, ZELINA DA COSTA PEREIRA da EJE-AP, FUED CAVALCANTE SEMEN FILHO da EJE-AM, AMANDA BRETAS MACHADO da EJE-BA, RONALDO COSTA PINTO DE BRITO da EJE-DF, VINICIUS QUINTINO DE OLIVEIRA da EJE-ES, LAFAIETE RIBEIRO DE CAMPOS DA EJE-GO, JANIS EYER NAKAHATI da EJE-MT, NORIKO TSUKAMOTO da EJE-MG, LUCIANA MARIA ALVES DE SOUZA da EJE-PA, ANA KARLA FARIAS LIMA DE MORAIS da EJE-PB, JULIANA PAULA ZIGOVSKY da EJE-PR, Dr. JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS COSTA e EDUARDO SERGIO JAPIASSU CORREIA LIMA da EJE-PE, CHRISTIANE MARIA DOS REIS BASTOS RIBEIRO da EJE-PI, RITA DE CASSIA DE CARVALHO E S M DE ABREU da EJE-RJ, SOLON RODRIGUES DE ALMEIDA NETO da EJE-RN, DEBORA DO CARMO VICENTE da EJE-RS, ELIZETH AFONSO DE MESQUITA da EJE-RO, MATILDE FERNANDES DA SILVA da EJE-RR, VANESSA NIGRES DINIZ da EJE-SP, CARMEN LUIZA NASCIMENTO CARDOSO MENEZES da EJE-SE, KATHIENE PIMENTEL DA SILVA da EJE-TO. O Presidente do CODEJE, Dr. Delmiro Dantas, fez um pronunciamento inicial acerca da importância das escolas e o papel dos coordenadores. Ressaltou a importância dos encontros permitirem espaço para que todas as Escolas possam apresentar seus trabalhos, questionamentos, possuindo assim, efetiva participação no encontro, em especial com as palavras dos seus respectivos coordenadores, e de pronto iniciou as atividades concedendo a palavra à Coordenadora da EJE-PA para apresentar os grupos de trabalho e seus respectivos relatores: **Grupo 1 – Unificação das ações de capacitação** – Relatora Noriko Tsukamoto, EJE-MG. 1 – Demonstrar os benefícios da unificação da capacitação para a Administração do Tribunal. 2 – Permanecer o gerenciamento dos benefícios decorrentes das ações de capacitação e da avaliação de desempenho sob a responsabilidade da SGP. **Grupo 2 – Criação de Estratégias Nacionais em Defesa da Urna Eletrônica** – Relator Solon de Almeida, EJE-RN. 3 – Alinhar a EJE às iniciativas de produção de conteúdo da ASCOM, de forma que haja uma maior sintonia nas mensagens que emanam dos Tribunais de acordo com os valores e a missão da Escola Judiciária Eleitoral. 4 – Capacitar todos os magistrados e servidores por meio de ferramentas como a EaD acerca da segurança do processo eletrônico de votação. 5 – Permitir ou facilitar o acesso da EJE à parametrização de eleições simuladas, de forma que as escolas da rede pública ou privada possam receber processos simulados de votação nos quais os candidatos e eleitores sejam seus próprios discentes, especialmente em eleições para líderes de sala e grêmios estudantis. **Grupo 3 – Ampliação da Atuação das EJEs** – Relatora Deborah Karen, EJE-AC. 6 – Enviar para EJE/TSE os cursos em EaD promovidos pelos Regionais, a fim de disponibilizá-los aos demais regionais e à sociedade, com emissão de certificado pelo TSE. 7 – Difusão das ações de cidadania para as minorias (pessoas com deficiência, idosos, menores infratores, entre outros). 8 – Promoção de ações voltadas para despertar a consciência e a importância da participação efetiva da mulher na política. Ao final da exposição, foi proposto pela última relatora, Deborah Karen, EJE-AC, que os pontos apresentados, após apreciação do colegiado, fossem enviados pelo CODEJE e pela EJE-TSE a todas as presidências dos Regionais com status de diretrizes a serem observadas por todas as Escolas Judiciárias Eleitorais. Inscrito, utilizou a palavra o Excelentíssimo Senhor Juiz Dr. Marcelo Badaró, Diretor da EJE-AC, o qual defendeu a unificação das eleições municipais e gerais sob o argumento de que se assim fosse seria proporcionado melhores

condições de trabalho para as escolas, que teriam um maior intervalo de tempo para planejamento e desenvolvimento das suas ações. Com a palavra a Dra. Érika Tinoco, EJE-RN, defendeu o fortalecimento das escolas, mediante a inclusão de pedagogos nas suas equipes. Disse que os servidores foram capacitados com cursos como o FOFO CIDADANIA de MG, e que já fez o FOFO ENFAM, mostrando preocupação com alinhamento dos discursos e ações das escolas. Indagou "como se desenvolve o Programa Eleitor do Futuro - PEF nas escolas?", argumentou que não há um projeto único do PEF, e que deveria existir um plano de trabalho para um projeto único do PEF. Ainda, que não há avanço da EJE sem investimento de uma participação de profissionais de pedagogia. Declarou que nas escolas de magistraturas tem que haver métodos de ensino próprios. De sua parte, Dr. Delmiro agradece as contribuições estimulando a maior participação dos Diretores quando a palavra for franqueada. Continuou dizendo que a diminuição do período da propaganda eleitoral não foi salutar ao processo eleitoral, proporcionando apenas visibilidade aos políticos já conhecidos, e que em atenção ao que foi exposto pelo Dr. Marcelo Badaró, espera um debate amplo e aberto à sociedade sobre unificar as eleições, sustentando que a votação em muitos candidatos seria complicada, tendo em vista a dificuldade nas eleições passadas com o voto em seis candidatos. Defende, portanto, as eleições de dois em dois anos. Em seguida, Dr. Delmiro convidou para foto oficial, seguida de pausa para café. Após, retomados os trabalhos, o Presidente do CODEJE agradeceu a presença no dia de ontem do Diretor da EJE-TSE, na abertura do evento. Todavia, nesta data, na presente reunião, registrou a mensagem do Dr. Flávio quanto à impossibilidade de se fazer presente, em razão de assunto estritamente profissional. Dando seguimento, sugeriu que a Carta de Belém seja enviada à EJE-TSE, bem como à Presidência de todos os Regionais pela Escola que preside o CODEJE. Foi passada a palavra a advogada e professora Juliana Freitas, que disse perceber as EJEs com um papel diferenciado de todos os órgãos brasileiros, pois o trabalho por elas desenvolvido se mostra como o melhor caminho para aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade. Destacou a existência de grupos invisíveis pela justiça brasileira, que são as minorias. Indagou como é possível afirmar uma democracia? AS EJEs podem dar essa visibilidade, pela religação. Outro grupo são os encarcerados, em especial as mulheres. Mulheres que entraram no crime por meio de ajuda aos seus companheiros, provocando um desmonte de toda família. Filhos vão para conselhos tutelares. Saem dos presídios sem dinheiro, sem estrutura para voltar para casa. Quem enxerga essas mulheres e esses homens nas cadeias? Como as EJEs podem garantir essa aproximação com a sociedade? Como promover o voto dos presos? Sem o voto, jamais terão representantes na política. Quem vai falar por eles? Se essas comunidades não conseguem se inserir minimamente ao conceito de democracia, elas se tornam invisíveis, e não serão vistas como eleitores, nem serão representadas por políticos. Isso é democracia? Calar parte da população? Como as EJEs podem fazer essa aproximação? Índios, quilombolas, presos. Após sua fala, apresentou Amanda Naif, aluna do 9º período de Direito, para falar sobre o projeto da professora Juliana intitulado "Rosas Aprisionadas", o qual foi selecionado pelo Consulado Francês no Rio de Janeiro para ser apresentado na França num Fórum Nacional com o tema de direitos das mulheres. O projeto tem várias áreas de atuação. Uma das ações prevê coleta de objetos de higiene pessoal para ser doado a mulheres encarceradas. Foram arrecadados 650 kits. Também foram identificadas habilidades do que resultou no desenvolvimento de trabalhos de artesanato, costura, entre outros, bem como na qualificação de outras presas, resultando na confecção de produtos que foram vendidos e o dinheiro arrecadado entregue a elas. O projeto visa

resgatar a dignidade dessas mulheres e conta com o apoio de várias parcerias, das quais destaca a COOSTAFE. As presas que fazem parte da aludida cooperativa tem reincidência zero. Essa atividade dá a elas perspectiva de melhoria de vida por meio da profissão. Ressaltou que o novo desafio é o mutirão de revisão dos processos, para o que conta com a parceria do TJ. Após a exposição, foi apresentado um vídeo com documentário sobre a situação das mulheres encarceradas. Finalizada a apresentação, Dr. Delmiro informou sobre a pauta no retorno do almoço, quando serão debatidas as questões apresentadas pelos coordenadores, a definição da cidade do próximo CODEJE, Eleição da Secretaria do CODEJE. Solicitou a Eduardo, Luciana e Vinicius que verificassem a duração dos mandatos. Dr. Luciano, EJE-GO, apresentou proposta de que o primeiro encontro de 2020 (XV CODEJE) seja realizado em Goiás, o que foi aprovado por todos. Passada a palavra ao Assessor da EJE-TSE, Dr. Rene Sampar, após agradecimento, mencionou que está na condição de representante do Dr. Flávio Pansieri. Pede que a coordenadora da EJE PA sente à mesa. Elogia o projeto “Rosas Aprisionadas” e diz que são ações do tipo que movem e transformam o mundo. Mencionou que após ouvir as questões apresentadas pelas EJEs, disse que o CODEJE tem fortalecido as escolas pelo compartilhamento de experiências e crescimento. Falou da importância da participação da EJE-TSE na reunião dos coordenadores. É preciso implementar as boas práticas. A educação é um desafio a longo prazo. A estrutura mínima, a falta de pedagogo na escola, é uma realidade que a todos assola, inclusive no TSE, que conta com o apoio da ENFAM. "Em momentos de desafio é preciso ser criativo. E os desafios impulsionam para atuar em união, em sistema". A EJE TSE preza a união de todos. Agradeceu a organização do evento. Entende que precisa melhorar o diálogo entre ASCOM e EJE. O “Banco de Talentos” é uma ideia fabulosa. Continua-se com a proposta de nacionalização dos cursos em EaD, para o que se faz necessário um relatório sobre os requisitos mínimos para referida nacionalização. Identifica a necessidade de dar maior publicidade às nossas ações o que vê como legitimação da Justiça Eleitoral para o fortalecimento da democracia. Quanto aos tópicos apresentados pelos relatores dos grupos de trabalho, fez as seguintes observações: **Grupo I** – há uma divisão muito clara sobre as atribuições entre EJE e SPG. Nessa gestão não há perspectiva de unificação das capacitações. **Grupo II** – concorda com o fortalecimento da urna eletrônica e do sistema de voto eletrônico. **Grupo III** - disse que foi criado um projeto de inclusão das minorias por meio de um grupo de trabalho no TSE. A educação é o melhor caminho, o compartilhamento dos cursos, ações para minorias, com cuidado de como lidar com essa população. Finaliza citando o livro “Por quem os sinos dobram”, do autor Ernest Hemingway, afirmando que precisamos da missão de construir pontes, com educação. Após o almoço, os trabalhos foram reiniciados. A primeira pauta foi a eleição para Secretaria-Geral do CODEJE, quando Dr. Delmiro Campos sugeriu a candidatura de uma representação feminina. Foi apresentada proposta para que a Diretora da EJE MG assumisse o cargo mas a mesma justificou pelo fato de acumular a Direção Executiva da Escola com a função de Juíza Auxiliar da Presidência do TER-MG. Na ocasião, a diretora da EJE-RJ argumentou que não reúne condições pelo acúmulo atual de funções. Decidiu-se esperar a chegada dos demais diretores. O presidente do CODEJE solicitou que, no período da tarde, os trabalhos fossem presididos pelo vice-presidente do CODEJE, Dr. Abraham Peixoto. Às 15h30, com a chegada da Dra. Érika Tinoco, EJE-RN, o presidente lançou sua candidatura à Secretaria-Geral do CODEJE, a mesma argumentou o pouco tempo na condução de sua Escola, recusando o convite. Dr. Abraham pontuou que a função não exigia muito a presença do eleito, o que fez a Dra. Erika Tinoco aceitar o convite e ser eleita por

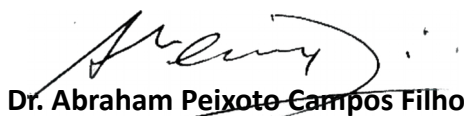
aclamação. Dr. Delmiro lançou a sugestão que os diretores consultassem seus respectivos presidentes dos Regionais para verificar a possibilidade de sediar o próximo encontro do CODEJE. Dr. Adriano Athayde, EJE-ES, comunica que vai tentar aprovação da atual gestão daquele Tribunal. Foi proposto que a indicação de local para o próximo encontro ficaria para o final do dia. Dr. Abraham segue perguntando da possibilidade de realização no Rio Grande do Sul, mas seus representantes afirmaram que já houve realização de grandes eventos no Estado o que dificulta sua candidatura. Dando prosseguimento, Dr. Abraham sugere que sejam analisadas as propostas dos coordenadores. Dr. Delmiro falou da preocupação quanto aos custos de cursos em EaD. O Coordenador da EJE-PE falou que a EJE-PR e a EJE-MG poderiam desenvolver um curso sobre segurança do voto eletrônico. Dr. Delmiro questionou se isso realmente seria sem custos, quando Dra. Roberta Fonseca, Diretora da EJE-MG, defendeu que poderiam oferecer cursos prontos para que a EJE-TSE disponibilizasse às demais escolas. Dr. Delmiro continuou questionando sobre custos, sobrecarregar a EJE do TSE e sobre quem seriam os tutores e certificadores. Noriko, Coordenadora da EJE-MG, argumentou que muitos cursos em EAD são autoinstrucionais, não necessitando de tutoria, o que facilita a aplicação, mas que, quando da utilização dos cursos, os mesmos deverão passar por uma atualização de conteúdo e customização ao seu Regional, quando for necessário. Débora Vicente, da EJE-RS, disse que pode auxiliar, inclusive, com servidor especialista daquela escola. O CODEJE deliberou pelo apoio da proposta de realizações de cursos em EAD pelas escolas, contanto que as equipes das EJES do RS, de MG e do PR ficassem responsáveis pela verificação técnica acerca da viabilidade de cessão devido a especificidades técnicas (versão do moodle, código fonte etc.). Outro ponto apresentado pelos coordenadores diz respeito ao FOFO Cidadania, que foi citado pela Dra. Erika da EJE-RN, na ocasião, Noriko explicou como foi realizado o FOFO CIDADANIA em Belo Horizonte e em Curitiba. Falou dos custos e da qualidade do curso. Dr. Delmiro perguntou se a EJE-MG poderia propor um novo FOFO CIDADANIA em Belo Horizonte aberto a todas as escolas. EJE-RS disse que fará um FOFO CIDADANIA em Porto Alegre. O CODEJE pediu que a EJE-RS faça convite às demais escolas o mais rápido possível para participarem do FOFO CIDADANIA, sem excluir a feitura de um novo evento em Belo Horizonte. Começou então a discussão sobre O CORPO PEDAGÓGICO NAS EJES. A Coordenadora da EJE RO, Elizeth Mesquita, defendeu que quem tem o FOFO ENFAM pode elaborar os cursos a serem credenciados na ENFAM. Foi decidido que a EJE DF vai disponibilizar manual e procedimentos utilizados na realização de convênio com a Secretaria de Educação. Também foi exposta a experiência da EJE-ES com a Secretaria de Educação naquele Estado. Foi colocada a preocupação da Justiça Eleitoral em se evitar qualquer vinculação com ideologias políticas por parte de professores parceiros. A EJE-MG informou que aquela Escola conta com 2 pedagogos mas que continua buscando profissionais com essa formação no quadro de pessoal do Tribunal. Dr. Delmiro sugeriu que as SGPs de todos os Regionais façam um levantamento da existência de pedagogos nos Tribunais e possível interesse em trabalhar nas Escolas. A EJE-MG falou da possibilidade de estagiários em Pedagogia, o que foi acatado pelos presentes como possibilidade de auxílio das equipes das escolas. Outro assunto, A UTILIZAÇÃO DA URNA ELETRÔNICA EM TREINAMENTOS E ELEIÇÕES PARAMETRIZADAS, Dr. Delmiro solicita opiniões. EJE-RN expôs como utilizam as urnas eletrônicas nas escolas do Estado, sugerindo que o uso das urnas pelas EJES seja somente de forma pedagógica. Outro tópico, trata da INTEGRAÇÃO DAS EJES COM AS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DOS REGIONAIS. Dr. Delmiro expôs que em PE a ASCOM foi sensibilizada em relação aos trabalhos da EJE-PE, pelo que apresentou uma

moção de que é necessária a integração da EJE com a ASCOM para melhorar a efetividade das ações implementadas, o que foi aprovada à unanimidade. Também, que é necessária a colaboração das EJE no grupo de trabalho do Ministro Og Fernandes, para inserir as escolas na discussão da competência criminal. O Diretor da EJE-SE, Dr. Leonardo Santana Almeida, fez um elogio à organização do CODEJE e ao aproveitamento dos debates para a melhorias das Escolas. A Diretora da EJE-RJ, Cristiane Frota, se acostou ao elogio feito, pelo que reforçou o trabalho dos coordenadores, no dia anterior, asseverando de que foi de suma importância para o incremento da qualidade dos debates dos Diretores. Por fim, fez uma sugestão de que a valorização da participação feminina na política seja incentivada através de programas como o Eleitor do Futuro. Também parabenizou o evento o Diretor da EJE-BA, o Dr. Diego Luiz de Lima Castro, e o Diretor da EJE-ES, o Dr. Adriano Athayde Coutinho, o qual afirmou que consultará o seu Tribunal Regional Eleitoral para tentar viabilizar a próxima edição do CODEJE no Espírito Santo. O prazo fixado à resposta foi de quinze dias. Como alternativa, restou a Dra. Cristiane Frota, da EJE-RJ, verificar com a sua Presidência a viabilidade do encontro em seu Tribunal. Na impossibilidade ou na ausência total de candidatura de algum Regional, o Dr. Delmiro Campos fixou como alternativa a realização em Brasília, na mesma época do congresso da EJE-TSE. A época pré-agendada do evento ficou sinalizada como o mês de novembro de 2019. Superado esse ponto, o **Dr. Delmiro Campos, convidou, com a chancela unânime dos demais Diretores, a Dra. Marilene Bonzanini para a REPRESENTAÇÃO DA REGIÃO SUL NA SECRETARIA-GERAL DO CODEJE.** O Dr. Álvaro Ferro, na sequência, pronunciou-se pela maior promoção e a importância dos eventos que valorizam e reforçam a participação feminina nos espaços de poder público, bem como destacou o peso dos cursos em EaD para a democratização do ensino. O Dr. Delmiro Campos fez uma nota elogiosa aos Vice-Diretores, sugerindo que os Regionais mantenham as REPRESENTATIVIDADES DAS ESCOLAS, quando da impossibilidade de participação dos Diretores. A seguir, o Dr. Delmiro Campos tratou da possibilidade de criação de um grupo de trabalho, para convencimento da EJE-PR, sem prejuízo das edições de sua revista, com o fim de estabelecer uma REVISTA NACIONAL, como uma edição especial, em homenagem às próximas edições do CODEJE, de forma digital e sem custos, cabendo à EJE-PR apenas coordenar o projeto, considerando a expertise daquele Regional na publicação de trabalhos científicos. A servidora coordenadora Juliana Paula Zigovsky manifestou-se pela unificação da produção científica na revista da EJE-TSE, em razão das dificuldades encontradas na manutenção desse tipo de publicação. O Diretor da EJE-AL, Dr. Orlando Rocha Filho, narrou a experiência da sua escola com revistas eleitorais, detalhando as dificuldades para manutenção e continuidade da produção científica, mas que a EJE-AL deverá ter sua próxima edição lançada nos próximos sessenta dias. Afirmou, ainda, que é necessária a criatividade para superar as limitações orçamentárias. O Dr. Delmiro Campos agradeceu as intervenções feitas e esclarecimentos e retirou a proposta colaborativa, mas reafirmou que a EJE-PE fará uma revista, mesmo assim, em homenagem ao CODEJE. Finalizou que nos próximos vinte dias será lançado o edital para o lançamento da revista. Sobre o BANCO DE TALENTOS, o Dr. Delmiro Campos abriu o debate questionando se havia uma Escola interessada ou com sugestões sobre a temática. Sobre esse tema, a servidora Noriko Tsukamoto socializou a experiência de Minas Gerais que funciona pela auto-apresentação dos(as) interessados(as), cabendo a cada um, individualmente, alimentar as informações sobre si mesmo, na ficha funcional. Sobre as futuras homenagens, o Dr. Delmiro Campos sugeriu que as pessoas escolhidas, nas próximas edições do CODEJE, sejam apenas uma autoridade e um(a) servidor(a). A

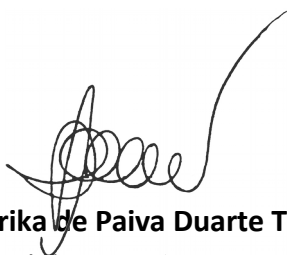
seguir, a palavra foi passada para a servidora da EJE-PA, Luciana Maria Alves de Souza, que apontou o nome da servidora da EJE-AC, **Deborah Karen Cavalcante Costa**, como a próxima coordenadora a ser homenageada. O Dr. Delmiro Campos, na sequência disse que, no próximo CODEJE, a coordenação da EJE que sediar o evento deverá tomar assento na mesa dos trabalhos, ao lado da diretoria do CODEJE. Sobre o nome da próxima autoridade a ser homenageada, o Dr. Delmiro Campos franqueou a palavra para sugestões, pelo que houve a manifestação pela **Desembargadora Elaine Harzheim Macedo**, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul -TRE/RS pela aprovação da moção, à unanimidade. A Desa. Marilene Bonzanini (EJE-RS) ficou responsável por comunicar a aclamação à homenageada. Os nomes do **Ministro Sérgio Banhos**, do Tribunal Superior Eleitoral e do **Desembargador Roberto Gonçalves de Moura**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará – TRE/PA e Diretor da EJE/PA também foram apontados pelo Dr. Delmiro Campos como autoridades que devem ter o reconhecimento do CODEJE, o que também foi aprovado. Houve uma manifestação da Dra. Roberta EJE-MG sobre a participação dela na reunião dos coordenadores e disse quão importante é, pelo que convida aos demais diretores a vivenciarem essa experiência. O Diretor do CODEJE deu os trabalhos por encerrado, sugerindo a assinatura da ATA e da CARTA DE BELÉM posteriormente, por meio de assinatura eletrônica. Não havendo mais assuntos a tratar, foi dado por encerrado o XIII Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais, lavrando-se esta ATA, que segue assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e pela Secretária-Geral do CODEJE. Belém, em 07 de junho de 2019.



Dr. Delmiro Dantas Campos Neto
Presidente do CODEJE e Diretor da EJE/PE



Dr. Abraham Peixoto Campos Filho
Vice-Presidente do CODEJE e Diretor da EJE/AM



Dr.ª Érika de Paiva Duarte Tinôco
Secretária-Geral do CODEJE e Diretora da EJE/RN